



ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Área do conhecimento: HISTÓRIA - Turma: 8º ano

Professor: Manoel Messias Oliveira dos Santos

Datas das atividades: de 09 a 20 de agosto de 2021.

Obs.: Explicações, orientações e esclarecimentos de dúvidas estão ocorrendo via Google Meet e WhatsApp.

Texto: A família real portuguesa no Brasil.

Quando Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental em 1806, o governo português ficou em uma situação difícil: se não aderisse ao Bloqueio, as tropas francesas invadiriam Portugal; se o fizesse, a Grã-Bretanha bombardearia Lisboa. O príncipe regente D. João governava Portugal, no lugar de sua mãe, a rainha D. Maria I, afastada por insanidade mental. Diante da pressão francesa e inglesa, D. João decidiu-se por uma solução inovadora: transferir a família real e todo o governo português para o Brasil. Para isso utilizaria os navios da Grã-Bretanha ancorados em Lisboa. Em troca da proteção militar, os britânicos queriam a liberação do comércio colonial e o direito de utilizar os portos brasileiros.

O embarque ocorreu no dia 29 de novembro de 1807, quando as tropas francesas já estavam próximas de Lisboa. Além da família real, viajaram 15 mil pessoas, entre nobres e criados. Trouxeram joias, obras de arte, prataria e quase todo o dinheiro que circulava em Portugal. Depois de quase dois meses de viagem, os refugiados chegaram à Bahia em 22 de janeiro de 1808. No Brasil, a primeira medida importante de D. João foi o decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas (Carta Régia de 28 de janeiro de 1808). Estava liberado o comércio do Brasil com os países aliados de Portugal que, naquele momento, restringiam-se à Inglaterra. Era o fim do pacto colonial e do monopólio comercial (apenas o pau-brasil e alguns outros produtos permaneceram monopólio da Coroa portuguesa).

Outro decreto, em abril de 1808, permitiu o estabelecimento de indústrias no Brasil (o que estava proibido desde 1785). D. João mandou instalar fundições em Minas Gerais e São Paulo e incentivou a abertura de fábricas têxteis, aproveitando o algodão produzido no Maranhão. Porém, essas medidas não levaram à industrialização do país, e uma das razões para isso foi a oferta de produtos ingleses, mais baratos depois da assinatura dos tratados de 1810: Tratado de Comércio e Navegação, Tratado dos Paquetes e Tratado de Aliança e Amizade. De acordo com o Tratado de Comércio e Navegação, o imposto alfandegário cobrado no Brasil era de 15% sobre o valor das mercadorias britânicas, de 16% para as portuguesas e de 24% para as das demais nações. Com tal vantagem, os produtos britânicos custavam menos que os portugueses e logo ganharam a preferência dos brasileiros. A Inglaterra começava assim a firmar sua influência sobre o Brasil.

DOMINGUES, Joelza E. *História em documento: imagem e texto*. 8º ano, 2ª ed. São Paulo: FTD, 2012, p. 122

Atividade 1 (dias 09 a 13 de agosto de 2021):

- 1) O que determinou a carta régia de 28 de janeiro de 1808?
- 2) O que aconteceria se Portugal não aderisse às determinações do Bloqueio Continental?
- 3) O que aconteceria se Portugal não aderisse às determinações do Bloqueio Continental?
- 4) De acordo com o texto, assinale a alternativa correta sobre a data e o devido evento ocorrido:
 - a) 1806: Embarque da família real portuguesa em Lisboa;
 - b) 1807: Carta Régia de 28 de janeiro;
 - c) 1808: Bloqueio Continental;
 - d) 1810: Tratado de Comércio e Navegação;

Atividade 2 (dias 16 a 20 de agosto de 2021):

- 1) Quais as exigências da Grã-Bretanha para ajudar a família real vir para o Brasil?
- 2) Por que as fábricas têxteis do Brasil não tiveram sucesso?
- 3) Quais as taxas de imposto alfandegário determinadas pelo Tratado de Comércio e Navegação?
- 4) O país mais beneficiado com as taxas de imposto alfandegário determinadas pelo Tratado de Comércio e Navegação foi:
 - a) Portugal
 - b) Grã-Bretanha
 - c) França
 - d) Holanda

BIBLIOGRAFIA:

DOMINGUES, Joelza E. História em Documento: imagem e texto. (8º ano). São Paulo: FTD, 2012.